

O RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL NA VISÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Professor Gabriel Wedy

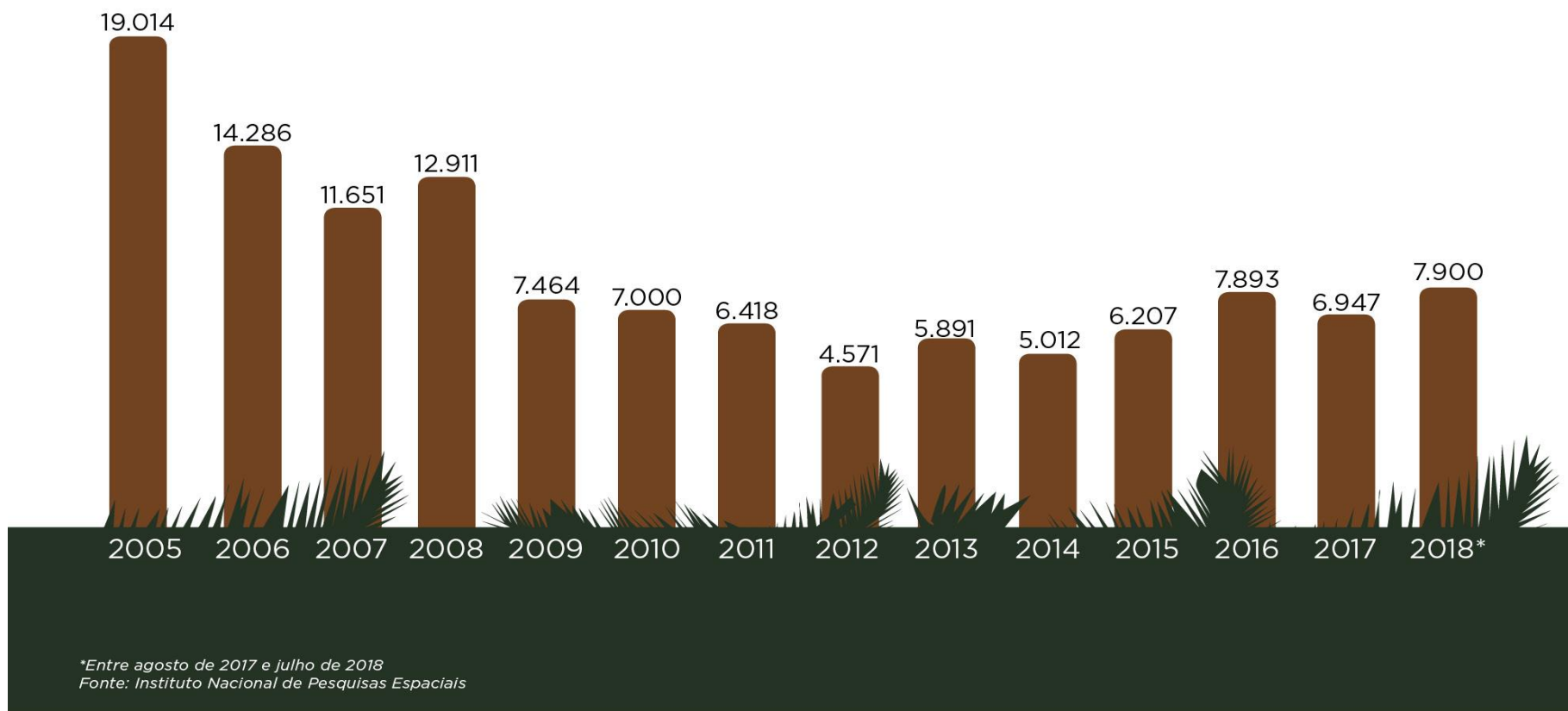
Juiz Federal. Pós- Doutor em Direito. Professor nos Programas Pós-Graduação e Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos- Unisinos. Visiting Scholar pela Columbia Law School (Sabin Center for Climate Change Law). Professor na Escola Superior da Magistratura Federal (Esmafe-RS). Diretor do Instituto O Direito Por um Planeta Verde. Ex-Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil- AJUFE

Sumário da exposição

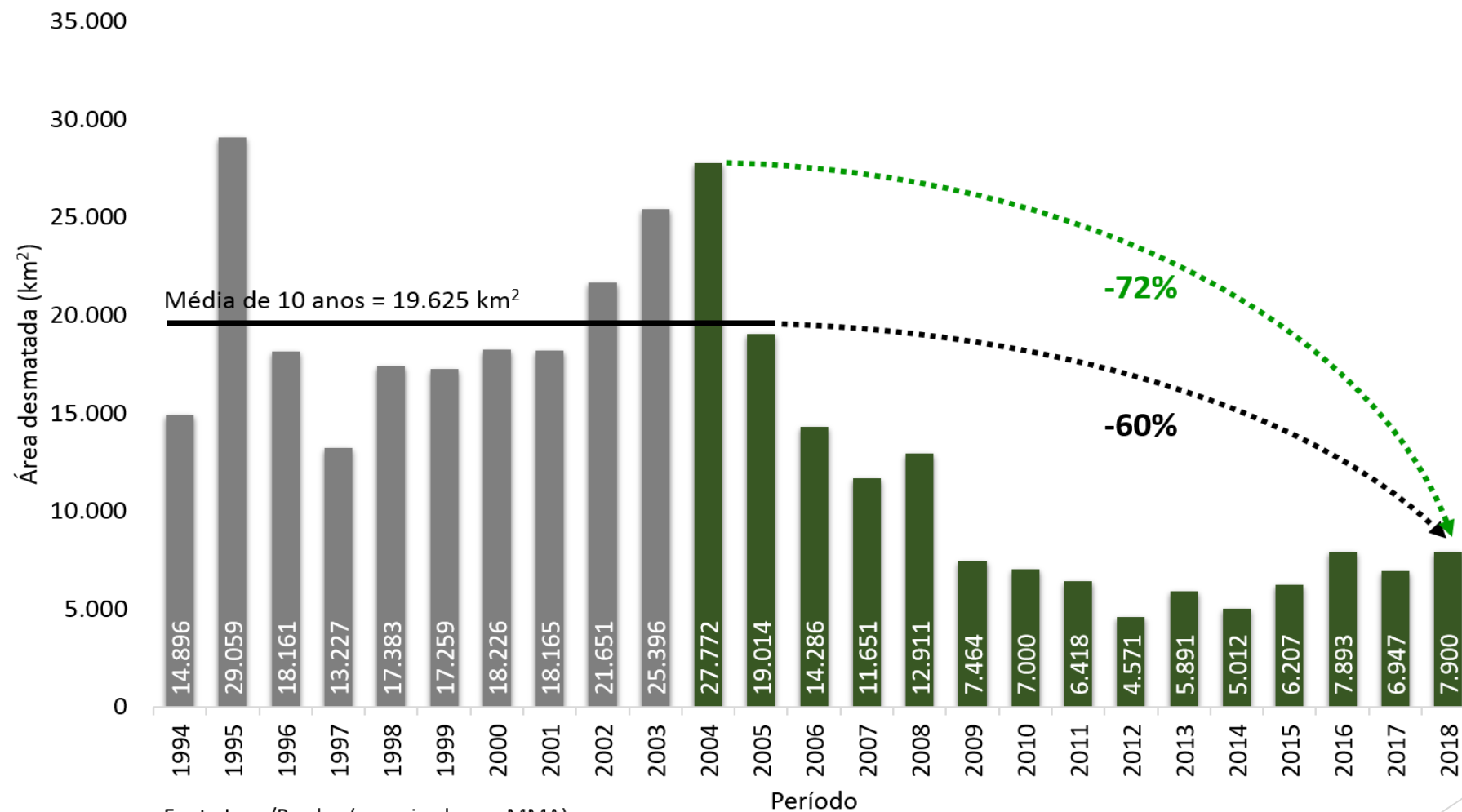
- ▶ 1. Introdução
- ▶ 2. Aumento do desmatamento
- ▶ 3. Aumento da concentração de gases de efeito estufa
- ▶ 4. Prejuízos econômicos (catástrofes ambientais, espécies ameaçadas)
- ▶ 4. Direito Constitucional (Direito Fundamental, vedação do retrocesso)
- ▶ 6. Conclusão

BRASIL TEM MAIOR TAXA DE DESMATAMENTO DA DÉCADA

Taxa de desmatamento estimada na Amazônia em km²

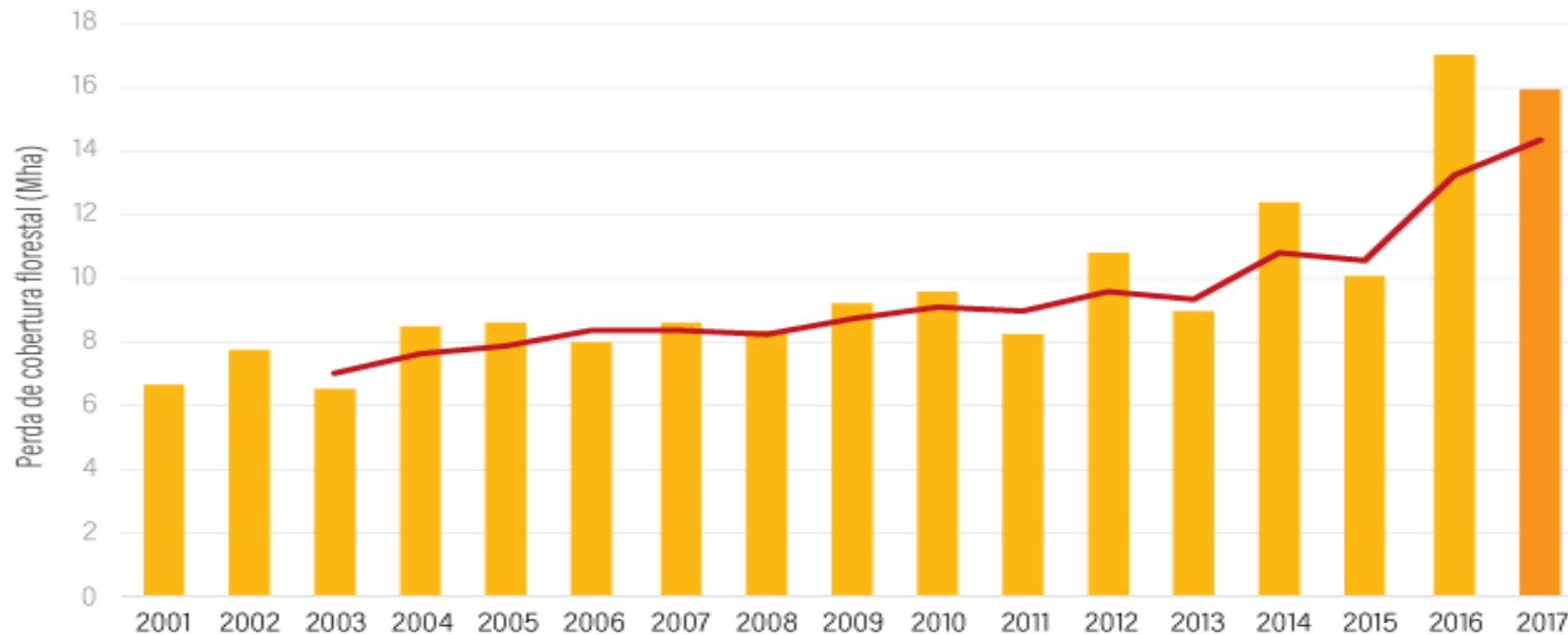


Taxa de desmatamento na Amazônia



Fonte Inpe/Prodes (organizado por MMA)
Dado preliminar em 2018

Perda de cobertura florestal tropical



— Média de movimentação em três anos. A média de movimentação em três anos pode apresentar um quadro mais exato das tendências de dados à incerteza nas comparações ano a ano. Todos os números calculados com um mínimo de 30% para a densidade da copa das árvores da cobertura florestal.



WORLD RESOURCES INSTITUTE

PROPORÇÃO DE DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO POR ESTADO

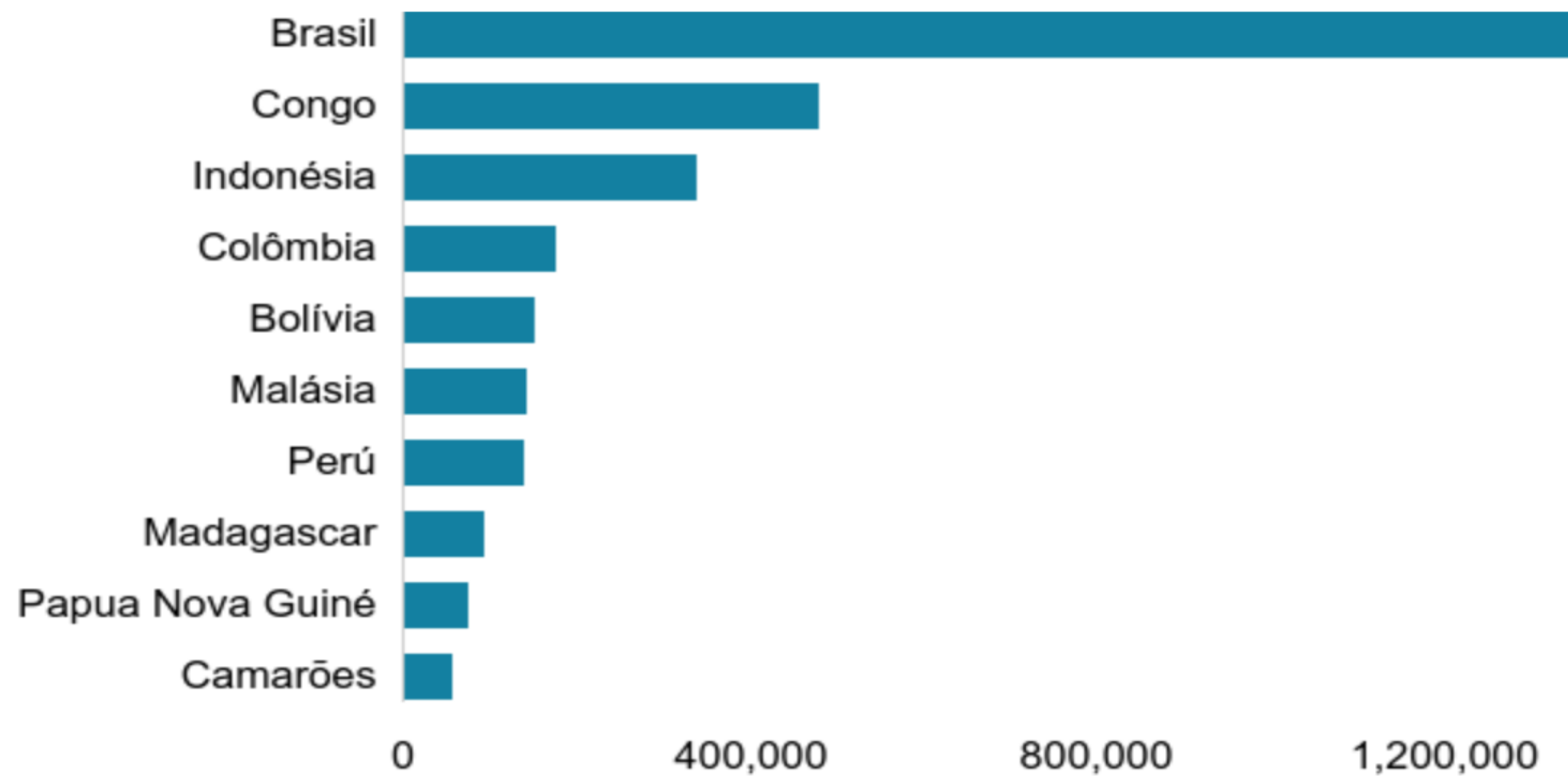
DEGRADAÇÃO NOVEMBRO DE 2018



DESMATAMENTO NOVEMBRO DE 2018



Países com maior perda de floresta primária em 2018



Fonte: World Resources Institute

BBC

NY TIMES DENUNCIA DESMATAMENTO NO BRASIL



ENGLISH ESPAÑOL 中文

The New York Times

Sunday, July 28, 2019

World U.S. Politics N.Y. Business Opinion Tech Science Health Sports Arts Books Style Food Travel Magazine T Magazine



Your Weekend Briefing

Here's what you need to know about the week's top stories.



'The Weekly,' Our TV Show

Watch Episode 7 on FX and Hulu.



Listen: 'Modern Love' Podcast

Amanda Seyfried reads an essay about a lost first love.

BRAZIL

Amazon Protections Are Slashed and Forests Fall

- When the populist leader Jair Bolsonaro became Brazil's president, his government scaled back efforts to fight illegal logging, ranching and mining.
- Protecting the Amazon was policy for much of the last 20 years. Cutting down trees at the current rate could lead to runaway deforestation.

11h ago 647 comments



Opinion >

Roberto Rey Agudo

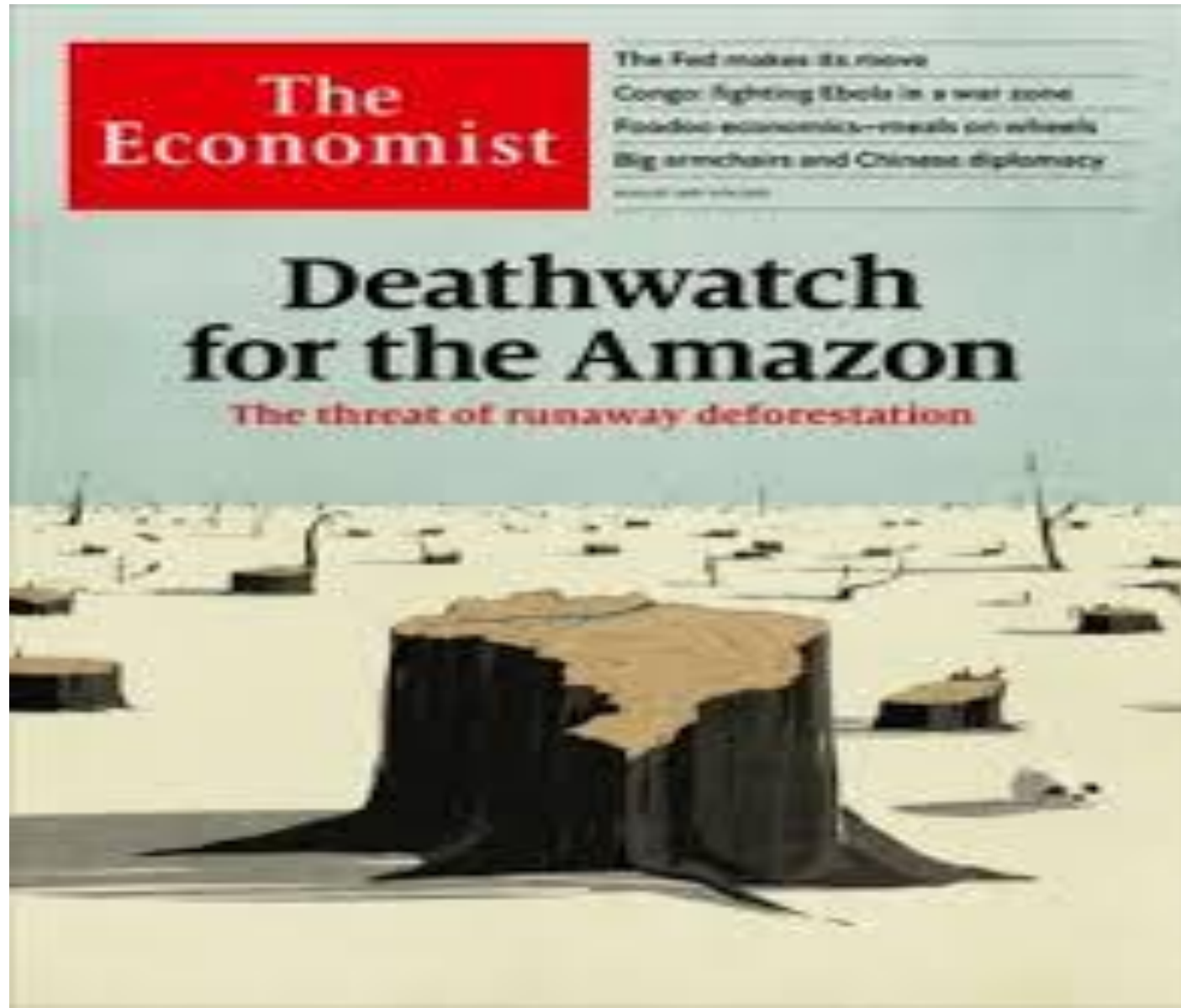
There Is Nothing Wrong With Julián Castro's Spanish

Prejudice against Latino Spanish-speakers is the real problem.

2h ago 199 comments

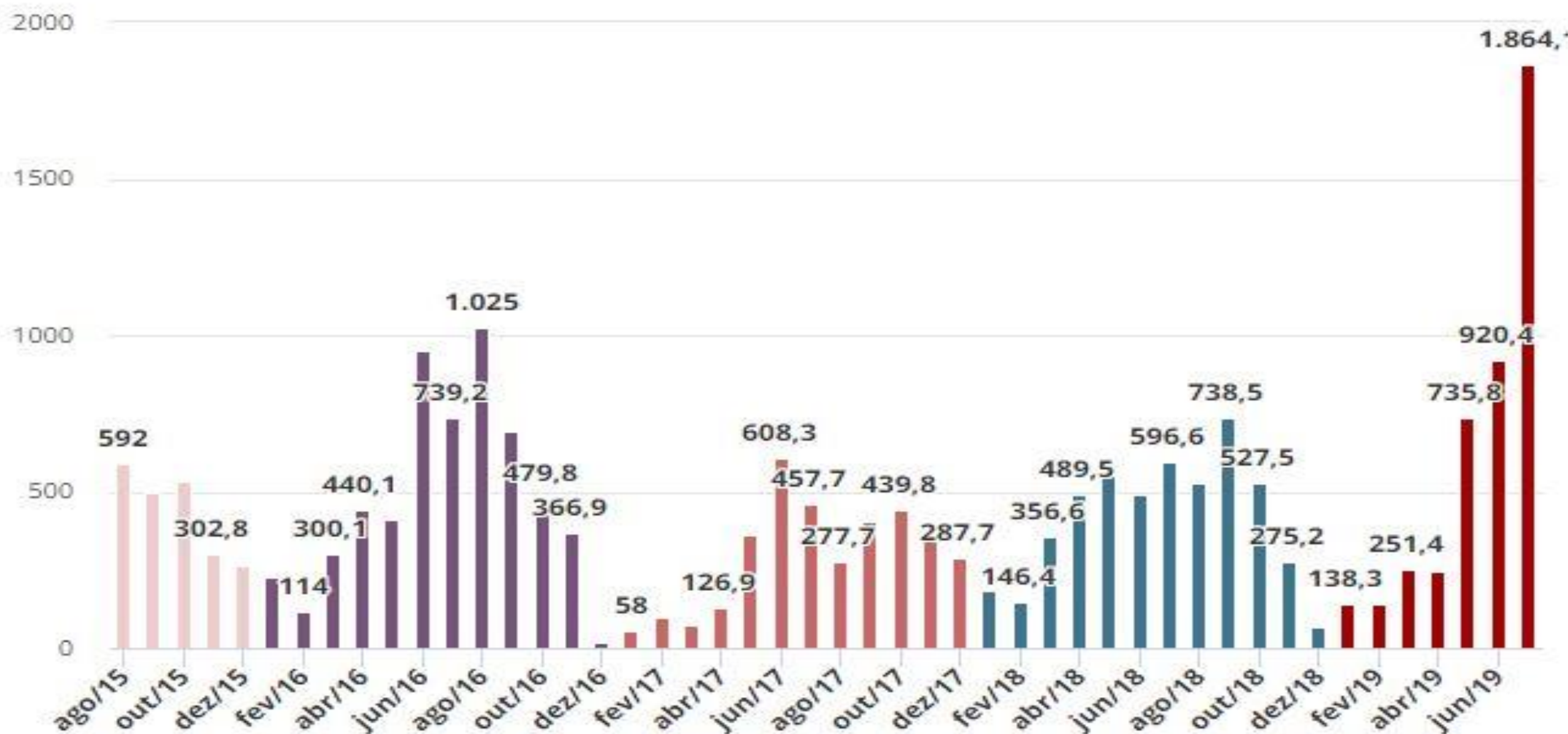
Who Owns Theodore Roosevelt?

The Economist denuncia o desmatamento na Amazonia



Alertas de desmatamento na Amazônia por mês (em km²)

Evolução histórica do sistema de alertas Terra Brasilis



Inpe indica alta de 40% em desmatamento, mas
governo contesta

Dados de satélites da Amazônia observaram uma
perda até a última quarta-feira de 5.879 km² da
floresta



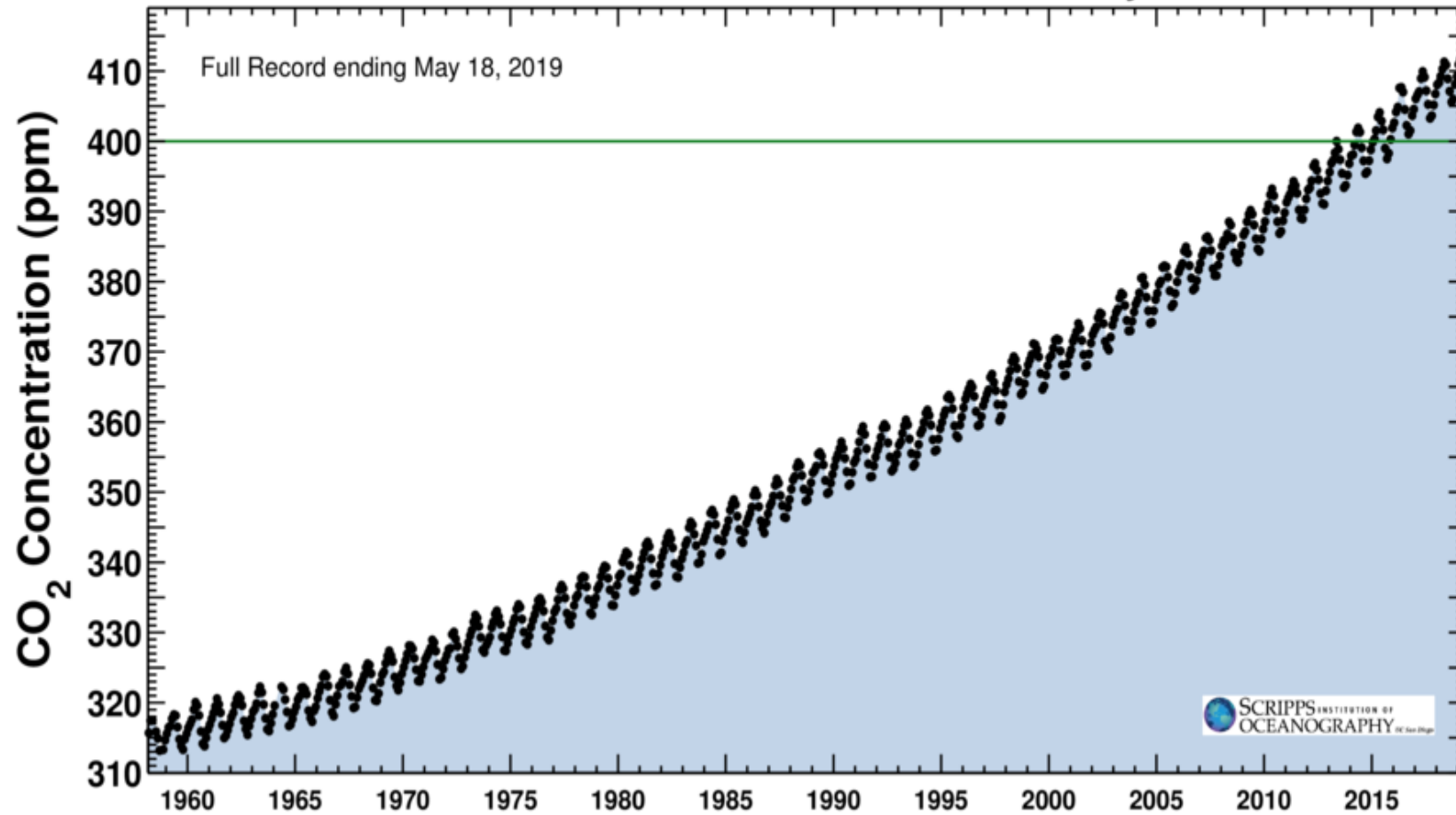
KATOWICE COP 24

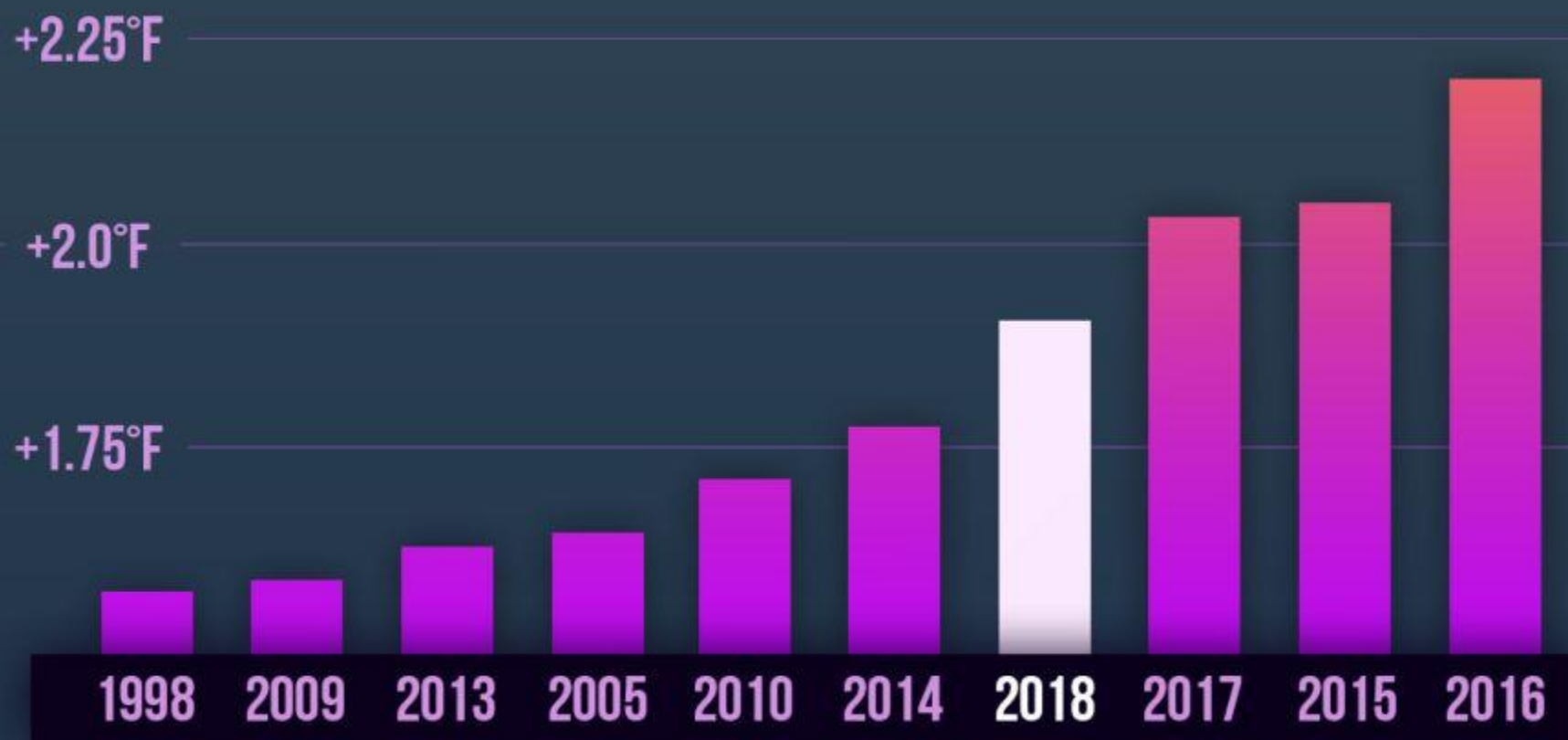
- Brasil é o 18o país que mais sofre com as mudanças climáticas. As perdas são de 6,4 bilhões de reais ao ano decorrentes de eventos climáticos extremos como tempestades e inundações, levando em consideração a média dos últimos 20 anos. (Germanwatch, 2018)

Latest CO₂ reading
May 18, 2019

415.02 ppm

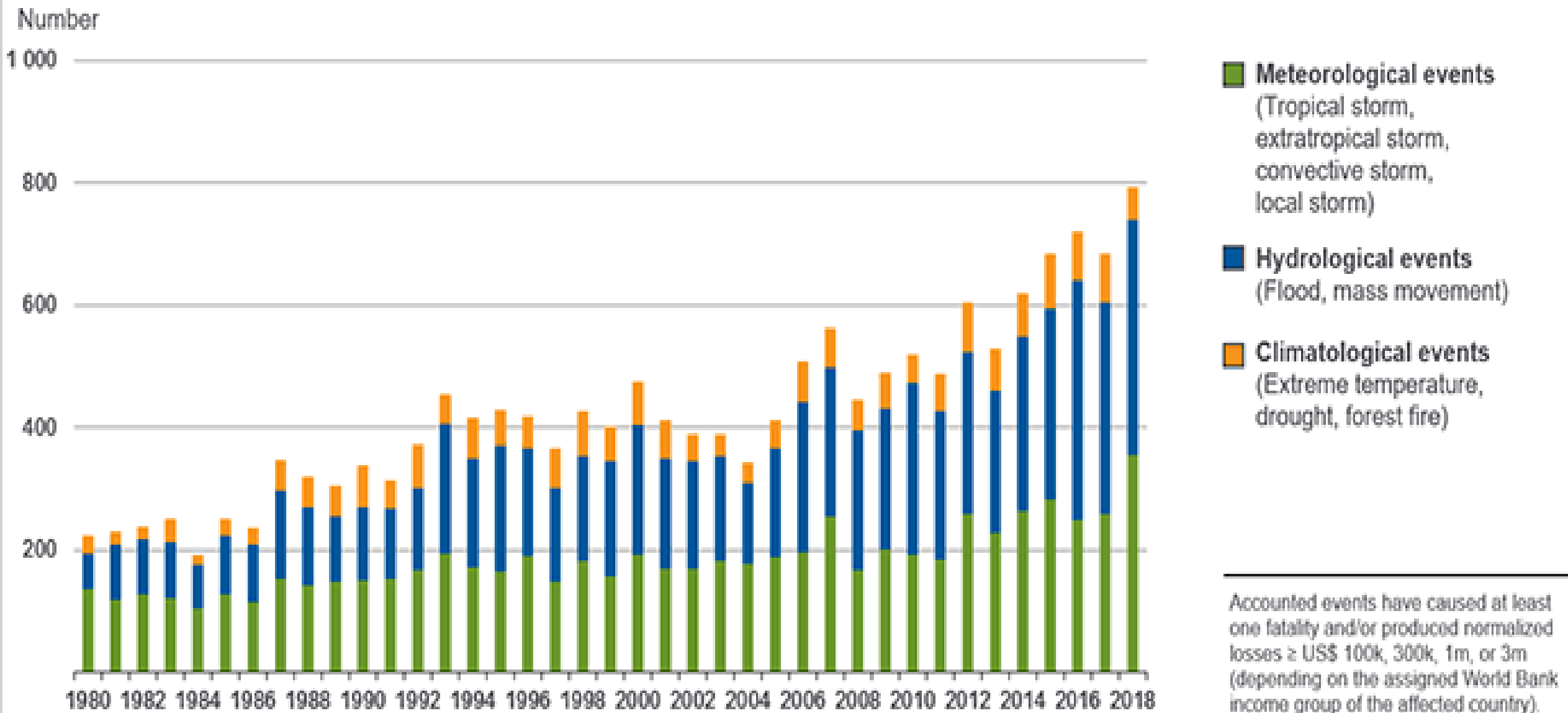
Carbon dioxide concentration at Mauna Loa Observatory





Source: NASA GISS & NOAA NCEI global temperature anomalies (°F) averaged and adjusted to early industrial baseline (1881-1910). Data as of 2/6/2019

Aumento das Catástrofes Naturais



- *ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório da Onu mostra que 1 milhão de espécies de animais e plantas enfrentam riscos de extinção.*
Disponível em:
<https://nacoesunidas.org/relatorio-da-onu-mostra-que-1-milhao-de-especies-de-animais-e-plantas-enfrentam-risco-de-extincao/>. Acesso em: 23.07.2019.

► Retrocesso ambiental pode custar US\$ 5 tri ao Brasil até 2050.

- No pior cenário, o recuo ambiental pode ter impacto financeiro de US\$ 5 trilhões até 2050. É o quadro em que a governança é fragilizada ao extremo, o desmatamento explode e o Brasil tem que comprar créditos de carbono no exterior para cumprir sua parte no esforço global de reduzir emissão de gases-estufa.
- Este estudo foi assinado por 10 destacados pesquisadores brasileiros e publicado na "Nature Climate Change" uma das mais renomadas publicações científicas sobre mudança do clima. O trabalho, portanto, estima o custo do retrocesso ambiental.

<https://www.valor.com.br/brasil/5647915/retrocesso-ambiental-pode-custar-us-5-tri-ao-brasil-ate-2050-diz-estudo?fbclid=IwAR1Cx9jSMxzW0hyaEEMvW7lEablu70lX3vmKOGJUOST2XqaPDlly9USKXjA>

Conforme art. 2º, item 1 do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais:

- “Cada um dos Estados Partes no presente Pacto compromete-se a agir, quer com o seu próprio esforço, quer com a assistência e cooperação internacionais, especialmente nos planos econômico e técnico, no máximo dos seus recursos disponíveis, **de modo a assegurar progressivamente o pleno exercício dos direitos reconhecidos no presente Pacto por todos os meios apropriados, incluindo em particular por meio de medidas legislativas**” (UNFPA Brasil. Pacto Internacional Sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019).

O art. 26 da Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969 é do seguinte teor:

- “Art. 26. Desenvolvimento Progressivo. Os Estados Partes comprometem-se a adotar providências, tanto no âmbito interno como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires, na medida dos recursos disponíveis, por via legislativa ou por outros meios apropriados” (OEA. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Comissão Americana dos Direitos Humanos de 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 25 mai.2019).

COMISSÃO DE DIREITO AMBIENTAL DA IUCN- International Union for Conservation of Nature

- ▶ O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO RETROCESSO AMBIENTAL RESULTOU CONSAGRADO EXPRESSAMENTE NO ART. 11 DA DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE O ESTADO DE DIREITO AMBIENTAL (WORLD DECLARATION ON THE ENVIRONMENTAL LAW).

- ▶ O Supremo Tribunal Federal, como guardião da Constituição já se manifestou sobre a proibição de retrocessos ambientais quando reconheceu a impossibilidade de diminuição ou supressão de espaços territoriais especialmente protegidos por meio de medida provisória.
- ▶ No referido *leading case* restou assentado que, conquanto a aplicação do princípio da proibição do retrocesso socioambiental não possa engessar a ação legislativa e administrativa, sendo forçoso admitir certa margem de discricionariedade às autoridades públicas em matéria ambiental, não pode ser atingido o núcleo essencial do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- ▶ STF, Pleno, ADI 4.717/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, j. 05.04.2018, informativo nº 896.

VEDAÇÃO DO RETROCESSO AMBIENTAL

- ▶ A vedação do retrocesso guarda íntima relação com a noção de segurança jurídica, como expressão do Estado de Direito.
- ▶ Meio ambiente ecologicamente equilibrado(cláusula pétrea).
- ▶ Vinculação do Estado e entes privados a proteção do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental.
- ▶ Segurança jurídica (ato jurídico perfeito, coisa julgada, direito adquirido).
- ▶ Impossibilidade de retrocesso em relação aos direitos constitucionais fundamentais adquiridos por Nós do Povo (We the People) na expressão de Bruce Ackerman.

PRINCÍPIOS

- ▶ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (TUTELA AMBIENTAL, INCLUSÃO SOCIAL, BOA-GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO)
- ▶ PRECAUÇÃO
- ▶ EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Gabriel Wedy

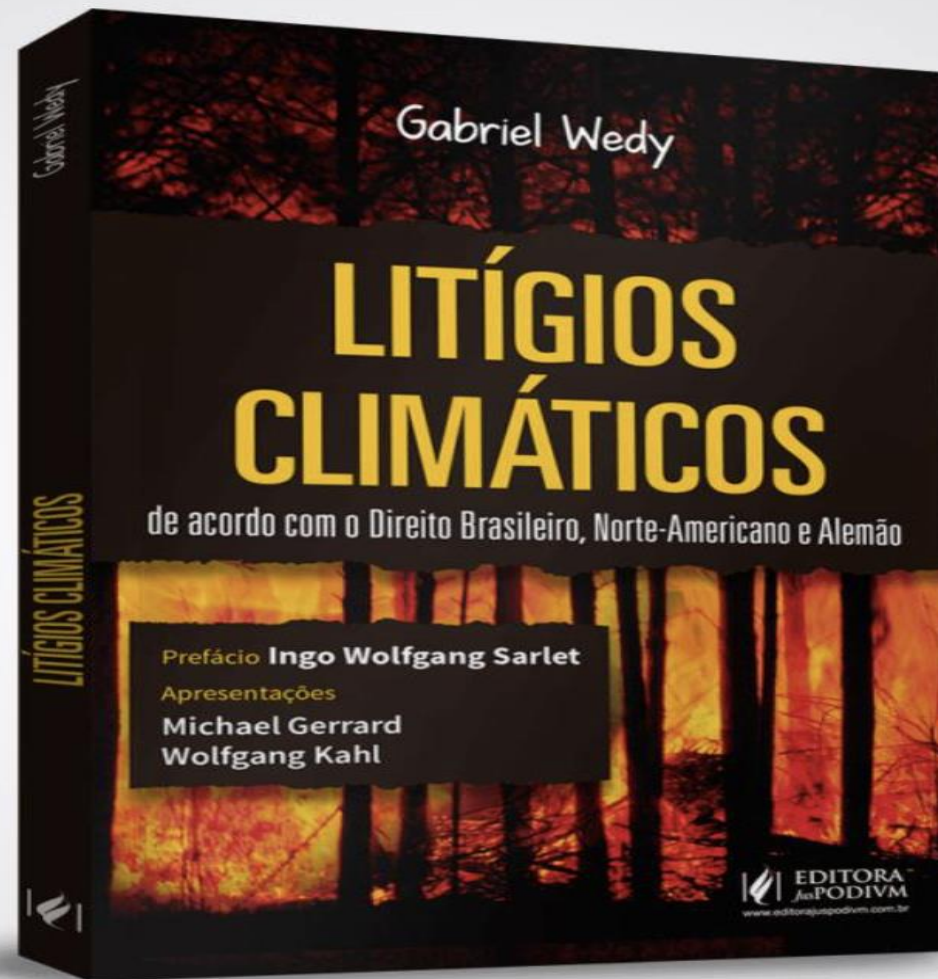
Desenvolvimento sustentável na era das mudanças climáticas

.....
um direito fundamental

Prefácio: Ministro Gilmar Ferreira Mendes
Apresentações: Professores Michael B. Gerrard
e Juarez Freitas



Litigância Climática e Ambiental



Instrumentos processuais que podem ser utilizados no combate aos retrocessos ambientais em face da jurisprudência progressista do STJ

- ▶ Ação Civil Pública Ambiental
- ▶ Ação Popular Ambiental
- ▶ Mandado de Segurança Coletivo Ambiental
- ▶ Mandado de Injunção Ambiental
- ▶ Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei ou Ato Normativo Ambiental
- ▶ Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão Ambiental
- ▶ Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Ambiental

Conclusão

- ▶ Nenhuma alteração na normativa constitucional ou infraconstitucional - em especial via atos normativos do Poder Executivo- pode ser procedida com a finalidade de diminuir a proteção ao meio ambiente sob pena de inconstitucional violação ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado a ser preservado no interesse das presentes e das futuras gerações (Art. 225, da CF/1988).